



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
 Rua Sorbone, 375, Centreville
 CEP: 13560-760 - São Carlos - SP
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos2cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA - MANDADO - OFÍCIO

Processo nº: **1003388-54.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto **Despejo Por Falta de Pagamento - Locação de Imóvel**
 Requerente: **Marcia Bregagnolo Ribeiro**
 Requerida : **Mara Silvia Olivio de Souza**
 MANDADO A SER CUMPRIDO NOS SEGUINTE ENDEREÇOS: notificar os ocupantes do imóvel objeto da locação (Sra. "ÍISIS") na **Rua Pedro Fernandes Alonso, 399**, Pq Stª Felícia Jd. - CEP 13562-380; endereço residencial da ré: Rua Manoel José Cerpa nº 648, Planalto Paraíso – CEP 13.562-070 (a ré também poderá ser localizada na Rua Cons. Joaquim Delfino, 180 - Diretoria de Ensino de São Carlos)

Juiz de Direito: **Paulo César Scanavez**

Marcia Bregagnolo Ribeiro move ação em face de **Mara Silvia Olivio de Souza**, alegando que celebraram contrato da locação do prédio residencial localizado na Rua Pedro Fernandes Alonso, 399, Parque Santa Felícia Jardim, nesta cidade, pelo valor mensal de R\$ 1.112,00. A ré locatária deixou de pagar os alugueres vencidos em 20/02/14 a 07/04/14 e meses subsequentes, e não pagou a tarifa de luz e IPTU, nos moldes do demonstrativo de fl. 08. Pede a procedência da ação para resolver o contrato por inadimplemento da inquilina, decretando seu despejo, condenando-a nos ônus da sucumbência. Mandato fl. 04. Documentos diversos as fls. 05/16. A ré foi citada (fl. 32) e não purgou a mora e nem contestou a demanda.

É o relatório. Fundamento e decido.

Impõe-se o julgamento antecipado da lide, consoante o inciso II do artigo 330 do CPC. A ré foi citada e não contestou, recolhendo os efeitos da revelia, presumindo-se verdadeiros os fatos articulados na inicial, mesmo porque se apóiam em sólida prova documental.

JULGO PROCEDENTE a ação para resolver o contrato, por inadimplemento da ré, configurada a hipótese da letra "b" do § 1º do art. 63 da Lei 8245, com a redação dada pela Lei 12.112. Assino à ré o prazo de 15 dias para a voluntária desocupação do prédio, sob pena de despejo compulsório. Expeça-se desde já mandado de intimação e de despejo compulsório, em duas vias. Efetuada a intimação para a voluntária desocupação, o oficial de justiça lançará numa das vias a respectiva certidão, devolvê-la-á ao cartório que, no mesmo dia,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
 Rua Sorbone, 375, Centreville
 CEP: 13560-760 - São Carlos - SP
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos2cv@tjsp.jus.br

providenciará sua juntada nos autos. Findo o prazo, de posse da segunda via do mandado o oficial de justiça executará o despejo e, se o caso, solicitará auxílio da PM. Condeno a ré a pagar à autora, 10% de honorários advocatícios incidentes sobre o valor dado à causa, bem como custas processuais.

Servirá a presente, por cópia digitada, como mandado de intimação/notificação (tanto da requerida, como dos ocupantes do prédio locado - fl. 25: Sra. "ÍISIS") **e despejo compulsório** (desde que previamente depositadas as diligências do oficial de justiça). **Cumpra-se na forma e sob as penas da Lei.**

A presente servirá ainda como ofício (a ser utilizado somente se necessário), por cópia digitada, destinado ao COMANDANTE DO 38º BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR desta cidade, requisitando-lhe **FORÇA POLICIAL** necessária para viabilizar o cumprimento do mandado supra.

P.R.I.

São Carlos, 09 de outubro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

A CÓPIA DA SENTENÇA SEGUE ANEXA E FICA FAZENDO PARTE INTEGRANTE DESTA

ITENS 4 e 5 DO CAPÍTULO VI DAS NORMAS DE SERVIÇO DA EGRÉGIA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA, TOMO I

Nos termos do Prov. 3/2001 da CGJ, fica constando o seguinte: "4. É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte. 4.1. As despesas em caso de transporte e depósito de bens e outras necessárias ao cumprimento de mandados, ressalvadas aquelas relativas à condução, serão adiantadas pela parte mediante depósito do valor indicado pelo oficial de justiça nos autos, em conta corrente à disposição do juízo. 4.2. Vencido o prazo para cumprimento do mandado sem que efetuado o depósito (4.1.), o oficial de justiça o devolverá, certificando a ocorrência. 4.3. Quando o interessado oferecer meios para o cumprimento do mandado (4.1.), deverá desde logo especificá-los, indicando dia, hora e local em que estarão à disposição, não havendo nesta hipótese depósito para tais diligências. 5. A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências." Texto extraído do Cap. VI, das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça.

Advertência: Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio: Pena – detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos, Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela: Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa. "Texto extraído do Código Penal, artigos 329 "caput" e 331.